



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 997

Conde, 07 de julho de 2014.

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE CIVIL

Lei nº. 784/2014

Em, 02 de julho de 2014.

**ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 72 DA
LEI MUNICIPAL Nº 769/2013, DE 09 DE
DEZEMBRO DE 2013.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE-PB, ESTADO DA
PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a
seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 72 da Lei Municipal nº 769/2013, de 09 de dezembro de
2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 72 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário,
especialmente a Lei Municipal nº 644/2011, de 28 de março de
2011”.*

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA

Prefeita

Lei nº. 785/2014

Em, 02 de julho de 2014.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2015, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CAMARA MUNICIPAL DE CONDE, aprova e a Prefeita
Municipal sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, II, §
2º, da Constituição Federal, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de
04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro
de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento
dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre as transferências constitucionais;
- V - as disposições sobre as transferências voluntárias;
- VI - as disposições sobre os precatórios judiciais;

VII - as disposições sobre a política para aplicação dos recursos da
agência financeira oficial de fomento;

VIII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e
encargos sociais;

IX - as disposições sobre a administração da dívida pública municipal e
das operações de crédito;

X - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

XI - as disposições finais.

Parágrafo único Integram ainda esta lei os Anexos de Metas Fiscais e de
Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei
Complementar Federal nº 101/00.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e as prioridades do projeto de lei orçamentária para o
exercício financeiro de 2015 serão compatíveis com o Plano Plurianual, de acordo com o
Anexo I constante desta lei.

Parágrafo único A elaboração e aprovação do projeto da lei
orçamentária de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com a
obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado, conforme
demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental
visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores
estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de
um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e
permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de
um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta
um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a
manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera
contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional,
agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da
classificação institucional;

VI - transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de
capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira,
que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de
Saúde;

VII - concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou
indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

VIII - conveniente, o ente da Federação com o qual a administração
estadual pactue a execução de um programa com recurso proveniente de transferência
voluntária.

§ 1º Os programas governamentais serão identificados segundo as regiões
de planejamento constantes no Plano Plurianual.

§ 2º Os projetos, atividades e operações especiais que têm impacto, ou
que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9900.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 4º A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social;

Art. 5º A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, nos quais discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e os grupos de natureza de despesa, de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Portarias Interministeriais nº 163, de 04 de maio de 2001; nº 325, de 27 de agosto de 2001; nº 519, de 27 de novembro de 2001; e Portaria nº 248, de 28 de abril de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

Art. 6º O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada na sua totalidade.

Art. 7º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 8º A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, além da Mensagem e do respectivo Projeto de Lei, será composto de:

I - quadros orçamentários consolidados;

II - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - demonstrativos e informações complementares.

§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - situação econômica e financeira do Município;

II - demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - exposição da receita e despesa;

IV - resumo da política econômica e social;

V - programação referente a recursos constitucionalmente vinculados.

§ 2º Integrará a Lei Orçamentária a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados nos incisos I, II, III, IV, do §1º, incisos I, II e III, do § 2º, ambos do art. 2º, e incisos III e IV, do art. 22, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I - evolução da receita do tesouro:

a) arrecadada nos cinco últimos exercícios;

b) prevista para o exercício a que se refere à proposta;

c) prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

II - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

III - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por natureza da receita;

IV - estimativa da receita por fonte de recursos, isolada e conjuntamente;

V - evolução da despesa do tesouro:

a) realizada nos cinco últimos exercícios;

b) fixada para o exercício a que se refere à proposta;

c) prevista para o exercício a que se elabora a proposta;

VI - resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

VII - da despesa por poder e órgão dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VIII - da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

IX - da despesa por órgão de Governo nos orçamentos fiscal e da seguridade social;

X - da despesa por grupo de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XI - da despesa por função e subfunção dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

XII - da despesa por programa de governo, dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

XIII - descrição sucinta de cada unidade administrativa do governo competência e legislação pertinente.

§ 3º Integrarão o anexo de informações complementares os seguintes demonstrativos:

I - receita corrente líquida com base nos §§1º e 3º, IV, do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II - demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditício;

III - demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.

Art. 09 No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015, as receitas e as despesas deverão ser orçadas pelo Poder Executivo a preços correntes de 2014.

Parágrafo único O Orçamento será Participativo, contará com a participação popular quando da sua elaboração através de audiências públicas, regionais, visando atender as demandas sociais.

Art. 10 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo II, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo III desta lei.

Parágrafo único Serão divulgados pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas;

b) a proposta de lei orçamentária, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) a execução orçamentária com o detalhamento das ações por função, subfunção, programa, e de forma acumulada;

e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11 As metas fiscais constantes do Anexo II desta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa, se verificado que o comportamento das receitas e despesas e as metas de resultado primário ou nominal indicarem uma necessidade de revisão.

Art. 12 Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas as despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações.

Art. 13 As propostas do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria de Finanças até o dia 10 de agosto de 2014, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015, observadas as disposições desta lei.

Art. 14 Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com o pagamento de servidor da Administração Pública, pela prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, custeadas com recursos provenientes de receitas de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15 O Poder Executivo poderá realizar doações financeiras e materiais a pessoas físicas e jurídicas, inclusive em festividades e dias santos.

Art. 16 As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos,

fundos, fundações, autarquias e demais entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente às necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, e as contrapartidas das operações de crédito e dos convênios.

Art. 17 O projeto de lei orçamentária conterá em nível de categoria de programação a identificação das fontes de recursos que não constarão da respectiva lei.

Art. 18 As solicitações de abertura de créditos adicionais através de decretos, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria de Finanças, acompanhadas de justificativas e a indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais e respectivas regionalizações atingidas e das correspondentes metas.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual estabelecerá os limites para abertura de créditos adicionais e disporá sobre os remanejamentos e transferências de recursos entre órgãos da administração municipal.

§ 2º No decreto autorizativo, deverão constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes nas metas físicas das atividades e projetos envolvidos.

§ 3º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 19 Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de despesa, procedendo a sua abertura na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º. Para efeito deste artigo, entende-se grupo de despesa como um nível de classificação de despesa, identificador de um objeto de gasto, dentro de um programa já existente.

§ 2º. A inclusão de Grupo de Despesa em projetos, atividades e operações especiais, constantes da Lei Orçamentária Anual, será efetivada por meio de abertura de crédito adicional suplementar.

Art. 20 As alterações orçamentárias que não impliquem em mudanças de grupo de despesas no mesmo projeto, atividades ou operações especiais, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Executivo, Legislativo, autorizadas pelo titular da unidade orçamentária interessada, detentora da dotação, mediante edição e publicação de portaria, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesa.

Art. 21 Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as eventuais modificações ocorridas na Estrutura Organizacional Básica do Município, decorrentes de alteração na legislação Municipal surgida após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Municipal.

Parágrafo único A transposição, transferência ou remanejamento não deverão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual 2015 ou em Créditos Adicionais, podendo haver, excepcionalmente ajuste na classificação funcional.

Art. 22 Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

II - anulem despesas relativas a:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) limite mínimo de Reserva de Contingência.

III - Salvo no final do exercício, ou em situação prevista na legislação vigente.

Art. 23 A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária em até 1% (um por cento) na lei orçamentária, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

Parágrafo único Não será considerada, para os efeitos do *caput*, a reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

Art. 25 A lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos de investimentos em obras da Administração Pública municipal, se:

I - as obras inacabadas tiverem sido contempladas com recursos orçamentários; e

II - as obras novas estiverem compatíveis com o PPA e se for comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Parágrafo único Entende-se como obras inacabadas aquelas cuja execução, até 30 de junho de 2014, ultrapassar 60% (sessenta por cento) do seu custo total financeiro contratado.

Art. 26 Até 15 (quinze) dias após o encaminhamento à sanção governamental dos autógrafos do projeto de lei orçamentária e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, os dados e informações relativas aos autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte, realizados pela Câmara Municipal em razão de emendas;

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art. 5º desta lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

Art. 27 Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei complementar Federal nº 101/00 entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 28 As ações de tecnologia da informação que importem em alocação de recursos deverão ser claramente expressas em projetos e atividades específicas e classificadas na subfunção 126 - Tecnologia da Informação, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.

Parágrafo único Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, no âmbito do Poder Executivo, deverão enviar para a Secretaria de Finanças, com a proposta de orçamento, o detalhamento dos projetos de tecnologia da informação, que deram origem à previsão orçamentária elaborada pelo órgão e entidade.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 29 A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2015 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 30 O Poder Judiciário encaminhará à Prefeitura Municipal e aos órgãos e entidades devedoras a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, especificando, no mínimo:

- I - número da ação originária;
- II - data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
- III - número do precatório;
- IV - natureza da despesa: alimentar ou comum;
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VIII - data de atualização do valor requisitado;
- IX - órgão ou entidade devedora;
- X - data do trânsito em julgado; e
- XI - número da Vara, a Comarca ou o Tribunal de origem.

§ 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* comunicarão à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Secretaria de Finanças, até 20 de julho de 2014, a relação de todos os precatórios judiciais emitidos em desfavor do Município, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, observado o disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

§ 3º Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 31 Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Prefeitura Municipal, através da Assessoria Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 32 O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

Art. 33 As despesas determinadas por sentenças judiciais da administração indireta serão programadas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 34 Os recursos alocados na Lei Orçamentária, com a destinação prevista para pagamento de precatórios judiciais, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 35 A Lei Orçamentária discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

Art. 36 A Agência Financeira Oficial de Fomento, na concessão de financiamentos, observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento prioritário às micros, pequenas e médias empresas, bem como aos minis, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas e outras formas de produção associativa;

II - estabelecer parcerias com instituições financeiras federais, estaduais e municipais para o aporte de recursos necessários ao financiamento de atividades produtivas;

III - aproveitamento dos potenciais econômicos setoriais e regionais;

IV - atendimento aos projetos sociais;

V - atendimento aos projetos destinados à defesa da qualidade de vida da população;

VI - atendimento aos projetos de natureza popular que possibilitem a geração de renda e ocupação;

VII - gerenciamento dos fundos de financiamento e projetos sociais;

VIII - atendimento a setores econômicos e, micro e pequenas empresas através da prestação de serviços de assistência técnica, assessoria e consultoria;

IX - realização de estudos econômicos e sociais relativos ao Município que aprofundem o conhecimento de sua economia e suas potencialidades de investimentos;

X - firmar Parcerias Público-Privadas, PPP, afim de atender as necessidades do município;

Parágrafo único Quando da não existência da Agência Financeira Oficial de Fomento, a mesma será representada pela Secretaria de Finanças do Município.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 Serão observados pelos Poderes Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Parágrafo único A Secretaria de Finanças, observará os parâmetros fixados no dispositivo constitucional e legislação pertinente, mencionados no *caput*, bem como as metas estabelecidas no programa de manutenção do equilíbrio fiscal do Município.

Art. 38 Para efeito de cálculo dos limites de despesa com pessoal, por Poder e órgão, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado, conforme previsto no § 2º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 39 No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2015, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, III e alíneas, da Lei Complementar Federal nº 101/00 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único Fica autorizado também ao Poder Executivo, criar novos cargos e secretarias, assim como extinguir cargos e secretarias.

Art. 40 Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/00, a contratação de hora-extra, fica restrita às necessidades emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 41 As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com o texto da Lei Complementar Federal nº 101/00 que regulamentar a matéria.

Art. 42 captação de recursos na modalidade de operações de crédito, pela administração direta ou por entidade da administração indireta, observada a legislação em vigor, será feita mediante a contratação de financiamentos.

Art. 43 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido contratadas junto aos organismos financeiros competentes, até o período de elaboração do orçamento.

Parágrafo único O Poder Executivo encaminhará, juntamente com a proposta orçamentária para 2015:

I – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxas de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

II – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2015, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44 O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que objetivem alterar a legislação vigente, com vistas a seu aperfeiçoamento, adequação aos mandamentos constitucionais e ajustamento às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais.

Parágrafo único Fica autorizado o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais a empresas e pessoas físicas, desde que atendam as necessidades reguladas em Decreto Específico.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 A Secretaria de Finanças, divulgará, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa por unidade orçamentária, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e a regionalização.

Art. 46 O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

Art. 47 O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2015, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 48 Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir a meta de resultado primário prevista no Anexo II desta lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, os ajustes serão realizados de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras de cada Poder.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará os demais Poderes, acompanhado da metodologia e da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas, mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 4º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao estabelecido no § 1º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 49 O projeto de lei orçamentária para 2015 será encaminhado à sanção até o encerramento da sessão.

Art. 50 Caso o projeto de lei orçamentária não seja encaminhado para sanção até o prazo constante na Lei Orgânica Municipal, a programação relativa a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e demais despesas de custeio poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que a respectiva Lei Orçamentária seja sancionada ou promulgada.

Parágrafo único Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2015 a utilização dos recursos autorizados no *caput* deste artigo.

Art. 51 Os Poderes Legislativo e Executivo farão publicar, no órgão oficial do Município, até o vigésimo dia do mês subsequente ao trimestre vencido, por unidade orçamentária, demonstrativos da despesa mensal com pessoal e seus encargos.

Parágrafo único O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e empresas controladas pelo Município.

Art. 52 A prestação anual de contas do Município será entregue pelo chefe do Poder Executivo à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, conterá os seguintes documentos:

I - Relatórios da evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos, da execução dos programas e seus indicadores, dos projetos, das atividades e das operações especiais, contendo identificação, data de início, data de conclusão, execução física, orçamentária e financeira, estabelecidos no Plano Plurianual e na respectiva Lei Orçamentária;

II - Balanço Geral do Município.

Art. 53 Os Poderes Executivo e Legislativo, até 31 de agosto de 2014, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando, por órgão, autarquia e fundação, os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

Art. 54 O projeto de lei orçamentária, para que a sistemática da responsabilidade na gestão fiscal possa atingir a sua finalidade, que é o equilíbrio das contas públicas, deve estar voltado para:

I - ação planejada e transparente, visando ao cumprimento das metas de resultado entre receitas e despesas;

II - prevenção de riscos e correção de desvios, obedecendo aos limites e condições no que tange a:

- renúncia de receita;
- geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras;
- dívidas consolidada e mobiliária;
- operações de crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;
- concessão de garantia;
- inscrição em restos a pagar.

Art. 55 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA

Prefeita

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
01.001 Câmara Municipal de Conde			
01 843 3001 0009	Amortizacao de Divida com o INSS		
4490.51	000 Obras e Instalações		20.000
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		30.000
Total da Operação Especial:			50.000
01 031 2000 1001	Aquis. de Equip. e Material Permanente para Câmara Municipal		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		60.000
Total do Projeto:			60.000
Total da Unidade:			110.000

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.001 Gabinete do Prefeito			
04 122 2001 1002	Aquis. de Equip. e Materiais Permanentes para o Gabinete do Prefeito		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		15.000
Total do Projeto:			15.000
04 122 2001 1003	Ampliação e Reforma da Prefeitura		
4490.51	000 Obras e Instalações		80.000
Total do Projeto:			80.000
04 122 2001 2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
4490.51	000 Obras e Instalações		5.000
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		4.000
Total da Atividade:			9.000
04 122 2001 2916	Manutenção das Atividades da Procuradoria Jurídica		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		2.000
Total da Atividade:			2.000
Total da Unidade:			106.000

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.002 Núcleo Administrativo de Jacuma			
04 122 2004 1005	Aquis. de Equip. e Material Permanente p/ Núcleo Administ. de		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		17.000
Total do Projeto:			17.000
Total da Unidade:			17.000

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.003 Secretaria de Administração			
04 122 2003 1004	Aquisição de Equip. e Material Permanente para Secretaria de Administra		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		30.000
Total do Projeto:			30.000
04 122 2003 2003	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
4490.51	000 Obras e Instalações		20.000
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		20.000
Total da Atividade:			40.000
Total da Unidade:			70.000

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.004 Secretaria de Finanças			
28 846 3001 0002	Amortização de Dívida c/ Encargos Sociais INSS		
4690.71	000 Principal da Dívida Contratual Resgatado		150.000
Total da Operação Especial:			150.000
28 846 3901 0003	Amortização de Dívida c/ Encargos Sociais IPM		
4691.71	000 Principal da Dívida Contratual Resgatado		200.000
Total da Operação Especial:			200.000
28 846 3001 0007	Amortização de Dívida Contratadas		
4691.71	000 Principal da Dívida Contratual Resgatado		62.800
Total da Operação Especial:			62.800
04 123 2005 1006	Aquisição de Equip. e Material Permanente para Secretaria de Finanças		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		50.000
Total do Projeto:			50.000
04 123 2009 1011	Modernização dos Sistemas de Arrecadação Municipal		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		67.800
Total do Projeto:			67.800
04 123 2005 2005	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças		
4490.51	000 Obras e Instalações		20.000
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		20.000
Total da Atividade:			40.000
Total da Unidade:			570.600

Prefeitura Municipal de Conde Secretaria de Finanças Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 Anexo da Despesa de Capital			
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.005 Secretaria de Agricultura			
20 605 1028 1009	Ampliação Reforma do Mercado Público		
4490.51	000 Obras e Instalações		70.000
Total do Projeto:			70.000
20 544 1026 1010	Perfuração e Manut. de Pocos Tubulares		
4490.51	000 Obras e Instalações		106.000
Total do Projeto:			106.000
20 544 1026 1093	Implantação de Sistema de Abastecimento Dagua e Perfuração de Pocos c		
4490.51	000 Obras e Instalações		100.000
Total do Projeto:			100.000
20 606 1028 1906	Aquis. de Trator, Implementos agrícolas e Equipamentos		
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		100.000
Total do Projeto:			100.000
20 606 2008 2008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura		
4490.51	000 Obras e Instalações		20.000
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente		20.000
Total da Atividade:			40.000
Total da Unidade:			416.000

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática				Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.006 Secret de Educacao, Cultura e Desporto					
12 361 3001 0012	Amort.de Dívida c/Encargos Sociais INSS				
4690.71	000 Principal da Dívida Contratual Resgatado			158.800	
Total da Operação Especial:					158.800
12 361 1014 1020	Construcao de Unidades Escolares				
4490.51	000 Obras e Instalações			1.200.000	
Total do Projeto:					1.200.000
12 361 1014 1021	Reforma e Ampliacao de Unidades Escolares				
4490.51	000 Obras e Instalações			267.500	
Total do Projeto:					267.500
12 361 1014 1022	Aquis. de Equip. e Material Permanente p/ Educacao				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			8.400	
Total do Projeto:					8.400
12 361 1014 1028	Implantacao de Equipament de Informatica nas Escolas da Rede Municipal				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			118.700	
Total do Projeto:					118.700
12 361 1019 1029	Aquisicao de Onibus para Transp. Escolar				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			800.000	
Total do Projeto:					800.000
13 392 1021 1031	Reaparelhamento da Cultura				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			8.500	
Total do Projeto:					8.500
27 812 1032 1032	Const.e Recup. de Quadra de Esportes				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			8.500	
Total do Projeto:					8.500
27 812 1032 1033	Melhoria da Ilum. do Campo de Futebol do Conde				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			10.600	
Total do Projeto:					10.600
27 812 1032 1034	Const.e Restauracao de Campos de Futebol				
4490.51	000 Obras e Instalações			88.500	
Total do Projeto:					88.500
12 365 1034 1053	Construcao de Creche				
4490.51	000 Obras e Instalações			187.600	
4490.51	006 Obras e Instalações			20.000	
Total do Projeto:					207.600
12 365 1034 1054	Reforma e Ampliacao de Creches				
4490.51	000 Obras e Instalações			36.200	
Total do Projeto:					36.200
12 361 1014 1075	Aquisicoes de Imóveis				
4490.61	000 Aquisição de Imóveis			200.000	
4490.61	002 Aquisição de Imóveis			10.000	
4490.61	006 Aquisição de Imóveis			10.000	
Total do Projeto:					220.000

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática				Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.006 Secret de Educacao, Cultura e Desporto					
12 365 1034 1098	Aquisicao de Equip.e Material Permanente para o Ensino Infantil				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			178.100	
4490.52	006 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total do Projeto:					188.100
12 364 1033 1102	Aquisicao de Acervo p/Biblioteca do Polo da UAB				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			12.700	
Total do Projeto:					12.700
12 364 1033 1103	Implantacao de Laboratorios de Cursos do Polo da UAB				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			5.300	
4490.52	006 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total do Projeto:					15.300
12 361 1014 2016	Formacao Cont.de Perf. Tecnicos Espec. e Pessoal de Apoio Escolar				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			127.200	
4490.52	006 Equipamentos e Material Permanente			2.000	
Total da Atividade:					129.200
12 361 1014 2017	Manutencao das Atividades do PDDE				
4490.52	005 Equipamentos e Material Permanente			20.000	
Total da Atividade:					20.000
12 361 1014 2018	Manutencao das Atividades do MDE				
4490.51	000 Obras e Instalações			20.000	
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			20.000	
Total da Atividade:					40.000
12 366 1016 2021	Desenv.de Atividade do Prog.de Educ.de Jovens e Adultos				
4490.52	005 Equipamentos e Material Permanente			17.000	
Total da Atividade:					17.000
13 392 1018 2030	Ampli. do Sist. de Bibliotecas Escolares e Comunitarias				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			10.600	
Total da Atividade:					10.600
12 126 1014 2071	Manut.das Atividade de Telecentros Comunitarios				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			2.100	
Total da Atividade:					2.100
12 365 1034 2910	Manutencao das Atividade da Educacao Infantil				
4490.52	002 Equipamentos e Material Permanente			28.200	
Total da Atividade:					28.200
12 361 1034 2998	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação				
4490.51	000 Obras e Instalações			20.000	
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			30.000	
Total da Atividade:					50.000
Total da Unidade:					3.646.500

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática				Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.007 Secretaria de Turismo					
23 695 1031 1035	Aquis.de Equip.e Mat.Perm. p/Sec.de Turis smo				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			5.900	
Total do Projeto:					5.900
23 695 1031 1094	Const.de Centro Turist.em Jacuma em Parc eria com o Gov. Federal				
4490.51	000 Obras e Instalações			94.400	
4490.51	006 Obras e Instalações			10.000	
Total do Projeto:					104.400
23 695 1031 1099	Const.e Equip.de Esc.de Hotelaria em Par ceria com o Gov.Federal				
4490.51	000 Obras e Instalações			127.200	
4490.51	006 Obras e Instalações			30.000	
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			74.200	
4490.52	006 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
4490.61	000 Aquisição de Imóveis			10.000	
4490.61	006 Aquisição de Imóveis			10.000	
Total do Projeto:					261.400
23 695 1031 2032	Manut. das Atividades da Sec. de Turismo				
4490.51	000 Obras e Instalações			5.000	
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			1.000	
Total da Atividade:					6.000
Total da Unidade:					377.700

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática				Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.003 Secretaria de Administracao					
02.008 Instituto de Preve Assist do M.do Conde					
09 272 2901 1081	Reaparelhamento do IPM				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			12.000	
Total do Projeto:					12.000
09 272 2901 2065	Manutencao das Atividades do IPM				
4690.71	000 Principal da Dívida Contratual Resgatado			7.000	
Total da Atividade:					7.000
Total da Unidade:					19.000

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I				Em valores Corrente	R\$ 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática				Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.009 Fundo Municipal de Asist Social do Conde					
08 244 1006 1051	Aquis. de Equip.e Mat. Permanente para Assistencia Social				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			22.000	
Total do Projeto:					22.000
08 126 1005 1056	Implantacao do Centro Digital com Acesso a Informatica				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			144.200	
4490.52	006 Equipamentos e Material Permanente			20.000	
4490.61	006 Aquisição de Imóveis			10.000	
Total do Projeto:					174.200
16 482 1024 1086	Apoio ao Prog. de Moradia Habitacional				
4490.61	000 Aquisição de Imóveis			53.000	
Total do Projeto:					53.000
12 244 1006 1105	Aquis. de Veiculo para fundo Municipal de Assistencia Social				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			31.800	
Total do Projeto:					31.800
08 241 1003 2051	Desenv.de Atividade Assist. ao Idoso-API				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			11.200	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			15.000	
Total da Atividade:					26.200
08 243 1005 2057	Ampliar o Apoio a Vítimas de Abuso Sexua is Atraves do Programa Sentin				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			12.700	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			5.000	
Total da Atividade:					17.700
08 243 1005 2064	Manut.das Atividades da Jornada Ampliada PETI				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			26.500	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total da Atividade:					36.500
08 244 1005 2074	Desenv. das Atividade do PBV II (Serv de Esp de Protecao Social Basica)				
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total da Atividade:					10.000
08 243 1005 2701	Desenv.das Atividade do Pro Jovem Adolescente				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			4.200	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total da Atividade:					14.200
08 244 1007 2904	Desenvolvimento das Atividades do PAIF				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			9.900	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			10.000	
Total da Atividade:					19.900
08 244 1006 2909	Desenv. das Atividade do Prog. Bolsa Familia				
4490.52	000 Equipamentos e Material Permanente			26.500	
4490.52	004 Equipamentos e Material Permanente			40.000	
Total da Atividade:					66.500
Total da Unidade:					472.000

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.010	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos		
15 451 1022 1057	Reaparelhamento da Sec. de Obras e Serviços Urbanos		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	16.700	
4490.52 006	Equipamentos e Material Permanente	5.000	
	Total do Projeto:	21.700	
27 813 1022 1058	Const.e Restauracao de Pracas na Zona Urbana e Distritos		
4490.51 000	Obras e Instalações	73.600	
4490.51 006	Obras e Instalações	5.000	
	Total do Projeto:	78.600	
25 752 1022 1059	Implant.e Ampli.de Eletrificacao na Zona Urbana e Rural do Municipio		
4490.51 000	Obras e Instalações	144.700	
4490.51 006	Obras e Instalações	10.000	
	Total do Projeto:	154.700	
15 451 1022 1062	Const.,Refor.e Restaur.de Abrigos(Parada de Onibus)		
4490.51 000	Obras e Instalações	15.900	
4490.51 006	Obras e Instalações	1.000	
	Total do Projeto:	16.900	
16 482 1024 1064	Const.e Refor.de Casas Populares		
4490.51 000	Obras e Instalações	212.000	
4490.51 006	Obras e Instalações	50.000	
	Total do Projeto:	262.000	
15 451 1022 1067	Implant. do Sistema de Drenagem Urbana		
4490.51 000	Obras e Instalações	20.100	
4490.51 006	Obras e Instalações	2.000	
	Total do Projeto:	22.100	
15 451 1022 1077	Desapropriacao de Terrenos		
4490.61 000	Aquisição de Imóveis	710.200	
4490.61 006	Aquisição de Imóveis	2.000	
	Total do Projeto:	712.200	
17 512 1035 1078	Implantacao de Saneamento Basico		
4490.51 000	Obras e Instalações	127.200	
4490.51 006	Obras e Instalações	50.000	
	Total do Projeto:	177.200	
17 512 1035 1096	Const.de Melhorias Sanitarias Domiciliares		
4490.51 000	Obras e Instalações	72.100	
4490.51 006	Obras e Instalações	20.000	
	Total do Projeto:	92.100	
15 451 1023 1100	Const.de Calçamento,Drenagem e Infra-Estr utra		
4490.51 000	Obras e Instalações	151.800	
	Total do Projeto:	151.800	
15 451 1023 1101	Implant.de Infra-estrut. Urbana		
4490.51 000	Obras e Instalações	159.900	
4490.51 006	Obras e Instalações	20.000	
	Total do Projeto:	179.900	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.010	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos		
15 451 1022 1907	Aquisicao de Veiculos e Maquinas		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	33.900	
4490.52 006	Equipamentos e Material Permanente	20.000	
	Total do Projeto:	53.900	
15 451 1022 2058	Manut.das Ativ.da Sec de Obras e Servico s Urbanos		
4490.51 000	Obras e Instalações	2.000	
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	2.000	
	Total da Atividade:	4.000	
15 451 1022 2059	Urbanizacao das Praias:Tambaba,Coqueirinho, Jacuma e Tabatinga		
4490.51 000	Obras e Instalações	15.900	
4490.51 006	Obras e Instalações	50.000	
	Total da Atividade:	65.900	
17 512 1035 2075	Manut.e Recup.do Sistema de Esgotamento Sanitario		
4490.51 000	Obras e Instalações	15.900	
4490.51 006	Obras e Instalações	10.000	
	Total da Atividade:	25.900	
	Total da Unidade:	2.018.900	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.011	Secretaria de Transportes		
26 782 1023 1066	Recup.e Melhoram.e/Terraplanagem de Estr adas Vicinais e Vias Publica		
4490.51 000	Obras e Instalações	31.800	
4490.51 006	Obras e Instalações	10.000	
	Total do Projeto:	41.800	
26 782 2006 1068	Aquis.de Equip.e Mat. Permanente p/ Sec. de Transportes		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	3.700	
	Total do Projeto:	3.700	
26 782 1022 1069	Const.de Galpao p/ Abrigar a Frota de Ve iculos		
4490.51 000	Obras e Instalações	26.500	
	Total do Projeto:	26.500	
	Total da Unidade:	72.000	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.012	Secretaria de Planejamento		
04 122 2007 1072	Aquis. de Equip.e Mat. Permanente p/ Sec. de Planejamento		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	25.000	
	Total do Projeto:	25.000	
04 122 2007 2062	Manut.das Ativ.da Sec.de Planejamento		
4490.51 000	Obras e Instalações	20.000	
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	30.000	
	Total da Atividade:	50.000	
	Total da Unidade:	75.000	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.013	Secretaria de Defesa Municipal		
04 122 2902 1088	Aquis. de Equip. e Material Permanente		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	10.600	
	Total do Projeto:	10.600	
04 122 2902 1908	Aquisicao de Veiculos		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	50.900	
4490.52 006	Equipamentos e Material Permanente	5.000	
	Total do Projeto:	55.900	
04 122 2902 2068	Manut.das Ativ. da Sec.da Defesa Municip al		
4490.51 000	Obras e Instalações	2.000	
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	1.000	
	Total da Atividade:	3.000	
	Total da Unidade:	69.500	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.014	Secretaria do Meio Ambiente		
18 541 2903 1090	Aquis.de Equip. e material Permanente		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	6.400	
	Total do Projeto:	6.400	
	Total da Unidade:	6.400	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.015	Fundo Municipal de Saude		
28 846 3001 0006	Amortizacao de Divida com Encargos Socia is-INSS		
4690.71 000	Principal da Divida Contratual Resgatado	127.200	
	Total da Operação Especial:	127.200	
28 846 3001 0010	Amortizacao de Divida com Encargos Socia i - IPM		
4691.71 000	Principal da Divida Contratual Resgatado	106.000	
	Total da Operação Especial:	106.000	
10 301 1008 1036	Aquis.de Equip.e Mat.Permanete p/Unidade s de Saude		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	189.400	
	Total do Projeto:	189.400	
10 301 1008 1038	Construcao,Ampliacao e Reforma de Unidade e de Saude		
4490.51 000	Obras e Instalações	341.000	
	Total do Projeto:	341.000	
10 301 1010 1039	Aquisicao de Imovel		
4490.61 000	Aquisição de Imóveis	212.000	
	Total do Projeto:	212.000	
10 301 1009 1041	Aquis.de Veiculo e Unidade Movel de Saud e Tipo Ambulancia.		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	247.200	
	Total do Projeto:	247.200	
10 301 1010 1043	Implantacao do Centro de Ref.de Especial idades		
4490.51 000	Obras e Instalações	84.800	
	Total do Projeto:	84.800	
10 304 1012 1050	Aquis.de Equip.P/Unidade de Vigil.Sanita ria		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	23.500	
	Total do Projeto:	23.500	
10 303 1011 1071	Aquis.de Equip.e Mat. Perment. p/Farmac i a		
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	17.300	
	Total do Projeto:	17.300	
10 304 1012 2041	Desenv.de Ativ.do PVS-Vigilancia Sanitar ia		
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente	5.700	
	Total da Atividade:	5.700	
10 301 1008 2043	Desen.de ativ.do NASF-Nucleos de Apoio a Saude da Familia		
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente	18.000	
	Total da Atividade:	18.000	
10 301 1008 2049	Desen.de ativ.do CEO-Centros de Especial idades Odontologicas		
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente	10.600	
	Total da Atividade:	10.600	
10 301 1008 2903	Desen.de ativ.de CER-Compensacao de Espe cialidades Regionais		
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente	9.500	
	Total da Atividade:	9.500	
10 242 1008 2917	Desenvolvimento das atividades do CAPS		
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente	2.100	
	Total da Atividade:	2.100	
	Total da Unidade:	1.394.300	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.016	DMTRANS-Departamento Muni. de Transito		
26 452 2006 2918	Manutencao das Atividades do DMTRANS		
4490.51 000	Obras e Instalações	1.000	
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	1.000	
	Total da Atividade:	2.000	
	Total da Unidade:	2.000	

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I		Em valores Corrente	RS 1,00
Classificação Institucional Funcional Programática	Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.017	Sec.do Micro Credito e Desenv.Econ.Suste		
04 122 1028 2919	Manut.Ativ.Sec.Micro Credito e Desenv.Ec onomico Sustentavel		
4490.51 000	Obras e Instalações	1.000	
4490.52 000	Equipamentos e Material Permanente	1.000	
	Total da Atividade:	2.000	
	Total da Unidade:	2.000	

Prefeitura Municipal de Conde

Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	
02.018 Sec.Municipal de Habit e Regular Fundiar	
16 482 1024 2920 Manut. das Ativ. Sec. Mun. Habit e Regul Fundiaria	
4490.51 000 Obras e Instalações	1.000
4490.52 000 Equipamentos e Material Permanente	1.000
Total da Atividade:	2.000
Total da Unidade:	2.000

Prefeitura Municipal de Conde

Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	
02.020 Sec.Municipal de Pesca e Aquicultura	
20 608 1027 2922 Manut. Ativ. Sec. Munic. Pesca e Aquicul tura	
4490.51 000 Obras e Instalações	1.000
4490.52 000 Equipamentos e Material Permanente	1.000
Total da Atividade:	2.000
Total da Unidade:	2.000
Total Geral:	9.448.900

Tatiana Lundgren Correa de Oliveira
Prefeita

Prefeitura Municipal de Conde

Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
01.001 Câmara Municipal de Conde	
01 843 3001 0009 Amortizacao de Divida com o INSS	21.200
01 031 2000 1001 Aquis.de Equip.e Material Permanete para Camara Municipal	42.400
01 031 2000 2001 Manut.das Atividades da Camara Municipal	2.226.100
Total da Unidade:	2.289.700
02.001 Gabinete do Prefeito	
04 122 2001 1002 Aquis. de Equip. e Materiais Permanentes para o Gabinete do Prefeito	15.000
04 122 2001 1003 Ampliacao e Reforma da Prefeitura	80.000
04 122 2001 2002 Manutencao das Atividades do Gabinete do Prefeito	797.000
04 122 2001 2916 Manutencao das Atividade da Procuradoria Juridica	174.000
Total da Unidade:	1.066.000
2.002 Nucleo Administrativo de Jacuma	
04 122 2004 1005 Aquis.de Equip.e Material Permanent. p/ Nucleo Administ. de	17.000
04 122 2004 2004 Manutencao das Ativ.do Nucleo Administra tivo de Jacuma	188.200
Total da Unidade:	205.200
02.003 Secretaria de Administracao	
04 122 2003 1004 Aquisicao de Equip.e Material Permanente para Secretaria de Administra	30.000
04 122 2003 2003 Manutecao das Atividades da Secretaria de Administracao	1.220.100
Total da Unidade:	1.250.100
02.004 Secretaria de Finanças	
28 846 3001 0002 Amortizacao de Divida c/Encargos Sociais INSS	150.000
28 846 3001 0003 Amortizacao de Divida c/Encargos Sociais IPM	200.000
28 846 3001 0007 Amortizacao de Divida Contratadas	62.800
11 331 2005 0008 Contribuicao para o PASEP	404.700
04 123 2005 1006 Aquisicao de Equip.e Material Permanente para Secretaria de Finanças	50.000
04 123 2009 1011 Modernizacao dos Sistemas de Arrecadacao Municipal	67.800
04 123 2005 2005 Manutencao das Atividades da Secretaria de Finanças	1.085.600
04 123 2005 2006 Pagamento de Sentencas Judiciais	131.000
04 123 2005 2999 Transferencia a Fundos	7.992.800
Total da Unidade:	10.144.700
02.005 Secretaria de Agricultura	
20 605 1028 1009 Ampliacao Reforma do Mercado Publico	70.000
20 544 1026 1010 Perfuracao e Manut. de Pocos Tubulares	106.000
20 544 1026 1093 Implantacao de Sistema de Abastecimento Dagua e Perfuracao de Pocos e	100.000
20 606 1028 1906 Aquis. de Trator, Implementos agricolas e Equipamentos	100.000
20 606 1028 2007 Distribuicao de Sementes	21.200
20 606 2008 2008 Manutencao das Atividades da Secretaria de Agricultura	416.700
20 606 1028 2009 Apoio aos Produtores	15.900
20 608 1027 2010 Incentivo a Pesca	13.200
Total da Unidade:	843.000

Prefeitura Municipal de Conde

Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.006 Secret de Educacao, Cultura e Desporto	
12 361 3001 0012 Amort.de Didida c/Encargos Sociais INSS	158.800
12 361 1014 1020 Construcao de Unidades Escolares	1.200.000
12 361 1014 1021 Reforma e Ampliacao de Uidades Escolares	267.500
12 361 1014 1022 Aquis.de Equip. e Material Permanente p/ Educacao	8.400
12 361 1014 1028 Implantacao de Equipament de Informatica nas Escolas da Rede Municipal	118.700
12 361 1019 1029 Aquisicao de Onibus para Transp. Escolar	800.000
13 392 1021 1031 Recapeamento da Cultura	8.500
27 812 1032 1032 Const.e Recup. de Quadra de Esportes	8.500
27 812 1032 1033 Melhorio da Ilum. do Campo de Futebol do Conde	10.600
27 812 1032 1034 Const.e Restauracao de Campos de Futebol	88.500
12 365 1034 1053 Construcao de Creche	207.600
12 365 1034 1054 Reforma e Ampliacao de Creches	36.200
12 361 1014 1075 Aquisicoes de Moveis	220.000
12 365 1034 1098 Aquisicao de Equip.e Material Permanente para o Ensino Infantil	188.100
12 364 1033 1102 Aquisicao de Acervo p/Biblioteca do Polo da UAB	12.700
12 364 1033 1103 Implantacao de Laboratorios de Cursos do Polo da UAD	25.500
12 306 1014 2011 Distribuicao de Merenda Escolar - PNAE	516.000
12 361 1014 2013 Dist.de Kits de Mat.Escolar p/ Alunos da Rede Munic.de Ensino - M	140.800
12 361 1014 2014 Distribuicao de Kits de Material Escolar para Professores da Rede de E	31.400
12 361 1014 2015 Distribuicao de Fardamento Escolar. para os Alunos da Rede Municipal d	33.300
12 361 1014 2016 Formacao Cont.de Prof. Tecnicos Espec. e Pessoal de Apoio Escolar	387.600
12 361 1014 2017 Manutencao das Atividades do PDDE	113.800
12 361 1014 2018 Manutencao das Atividades do MDE	1.979.000
12 361 1014 2020 Implantacao do Programa Saude na Escola	127.200
12 366 1016 2021 Desenv.de Ativ.do Prog.de Educ.de Jovens e Adultos	762.000
12 361 1019 2027 Desenv. Manut.das Ativ.do Transp. Escol ar - PNATE	410.200
13 392 1021 2028 Manutencao das Atividades Culturais	60.200
13 392 1018 2030 Ampli. do Sist. de Bibliotecas Escolares e Comunitarias	10.600
27 812 1032 2031 Manut. das Atividades do Desporto Amador	115.600
12 364 1033 2070 Manut.das Ativ.do Polo Munic.de Apoio Pr essencial	58.200
126 1014 2071 Manut.das Ativ.de Telecentros Comunitari os	12.200
12 361 1014 2072 Concessao de Bolsas de Estagios	6.400
12 361 1014 2902 Desenvolvimento das Ativ. da Educacao	96.900
12 365 1034 2910 Manutencao das Ativ.da Educacao Infantil	718.300
12 361 1014 2911 Desenv.das Ativ.do Ens.Fundame-FUNDEB60%	4.948.700
12 361 1014 2912 Manut.das Ativ.do Ens. Fundame-FUNDEB40%	3.416.200
12 361 1014 2913 Desenv.das Ativ.da Quota Salario Educaca o - QSE	131.600
12 361 1014 2914 Desenv.das Ativ.do Brasil Albetizado - BRALF	65.100
12 361 1034 2998 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	755.000
Total da Unidade:	18.255.100

Prefeitura Municipal de Conde

Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Anexo das Despesas de Capital

Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Corrente R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.007 Secretaria de Turismo	
23 695 1031 1035 Aquis.de Equip.e Mat.Perm. p/Sec.de Turi smo	5.900
23 695 1031 1094 Const.de Centro Turist.em Jacuma em Parc eria com o Gov. Federal	111.800
23 695 1031 1099 Const.e Equip.de Esc.de Hotelaria em Par ceria com o Gov.Federal	268.800
23 695 1031 2032 Manut. das Atividades da Sec. de Turismo	483.200
23 695 1031 2066 Promocao do Turismo Municipal	101.300
23 695 1031 2901 Realizacao de Eventos do Municipio	1.591.800
Total da Unidade:	2.562.800
02.003 Secretaria de Administracao	
02.008 Instituto de Prev.e Assist do M.do Conde	
09 272 3901 0004 Pagamentos de Inativos e Pensionistas	1.485.018
09 272 3901 0005 Pagamento de Outros Benef.Prevenciario	130.000
09 272 2901 1081 Recapeamento do IPM	12.000
272 2901 2065 Manutencao das Atividades do IPM	372.500
99 997 9999 9902 Reserva do RRRS-Regime de Previdencia Pr oprio do Servidor	3.321.203
Total da Unidade:	5.320.721
02.009 Fundo Municipal de Asist Social do Conde	
08 244 1006 1051 Aquis.de Equip.e Mat. Permanente para Assistencia Social	22.000
08 126 1005 1056 Implantacao do Centro Digital com Acesso a Informatica	174.200
16 482 1024 1086 Apoio ao Prog. de Moradia Habitacional	111.300
08 244 1006 1105 Aquis. de Veiculo para fundo Municipal de Assistencia Social	31.800
08 244 1006 2044 Beneficios a Populacao Carente como Ajud a Financeiras,Passagens,aux.	230.400
08 244 1006 2045 Desenv.das Ativ.da Sec.de Trabalho e Ass istencia Social	876.000
08 244 1006 2046 Distrib.de Refeicoes p/Pessoas Carentes	26.500
08 244 1006 2047 Distrib.de Enxovais p/ Mulheres Gestante s	35.000
08 244 1006 2048 Manutencao dos Conselhos Municipais	102.400
08 241 1003 2051 Desenv.de Ativ.de Assist. ao Idoso-API	105.500
08 241 1003 2055 Concessao de Bolsas de PETI	60.700
08 243 1005 2057 Ampliar o Apoio a Vitimas de Abuso Sexua is Atraves do Programa Sentin	344.100
243 1005 2064 Manut.das Atividades da Jornada Ampliada PETI	248.200
08 244 1006 2067 Dist.de Generos Alimenticios p/Populacao Carente	29.700
08 244 1006 2073 Manunt. do Conselho Municipal da Crianca e Adolescente	9.900
08 244 1005 2074 Desenv. das Ativ.do PBV II (Serv de Esp de Protecao Social Basica)	167.300
08 243 1005 2701 Desenv.das Ativ.do Pro Jovem Adolescente	394.800
08 244 1005 2702 Desenv.das Ativ.do Pro Jovem Trabalhador (MTE)	114.500
08 244 1007 2904 Desenvolvimento das Atividades do PAIF	251.900
08 244 1006 2909 Desenv. das Ativ. do Prog. Bolsa Familia	364.000
Total da Unidade:	3.760.200

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo das Despesas de Capital
Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00	
Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.010 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
15 451 1022 1057 Reparelhamento da Sec. de Obras e Servi cos Urbanos	21.700
27 813 1022 1058 Const.e Restauracao de Pracas na Zona Ur bana e Distrios	78.600
25 752 1022 1059 Implant.e Ampli.de Eletrificacao na Zona Urbana e Rural do Municipio	154.700
15 451 1022 1062 Const.,Refor.e Restaur.de Abrigos(Parada de Onibus)	16.900
16 482 1024 1064 Const.e Refor.de Casas Populares	262.000
15 451 1022 1067 Implant. do Sistema de Drenagem Urbana	22.100
15 451 1022 1077 Desapropriacao de Terrenos	712.200
17 512 1035 1078 Implantacao de Saneamento Basico	177.200
17 512 1035 1096 Const.de Melhorias Sanitarias Domiciliares	92.100
15 451 1023 1100 Const.de Calçamento,Drenagem e Infra-Estr ura	151.800
15 451 1023 1101 Implant.de Infra-estrut. Urbana	179.900
15 451 1022 1907 Aquisicao de Veículos e Maquinas	53.900
15 451 1022 2058 Manut.das Ativ.da Sec.de Obras e Serviço s Urbanos	1.483.900
45 451 1022 2059 Urbanizacao das Praias:Tambaba,Coqueirín ho, Jacuma e Tabatinga	65.900
17 512 1035 2075 Manut.e Recup.do Sistema de Esgotamento Sanitario	70.300
Total da Unidade:	3.543.200

02.011 Secretaria de Transportes	
26 782 1023 1066 Recup.e Melhoram.c/Terraplanagem de Estr adas Vicinais e Vias Publica	41.800
26 782 2006 1068 Aquis. de Equip.e Mat. Permanente p/ Sec. de Transportes	3.700
26 782 1022 1069 Const.de Galpao p/ Abrigar a Frota de Ve iculos	26.500
26 782 2006 2060 Manut.das Atividades da Sec.de Transport es	934.500
Total da Unidade:	1.006.500

02.012 Secretaria de Planejamento	
04 122 2007 1072 Aquis.de Equip.e Mat. Permanente p/ Sec. de Planejamento	25.000
04 122 1036 1104 Implantacao do Plano Diretor	380.000
04 122 2007 2062 Manut.das Ativ.da Sec.de Planejamento	439.400
04 121 2007 2921 Manut. Ativ. Sec. Munic. de Represent e Projetos	168.300
Total da Unidade:	1.012.700

02.013 Secretaria de Defesa Municipal	
04 122 2902 1088 Aquis. de Equip. e Material Permanente	10.600
04 122 2902 1908 Aquisicao de Veículos	55.900
04 122 2902 2068 Manut.das Ativ. da Sec.da Defesa Municpal	794.400
Total da Unidade:	860.900

02.014 Secretaria do Meio Ambiente	
18 541 2903 1090 Aquis. de Equip. e material Permanente	6.400
18 542 1025 2061 Manutencao de Aterro Sanitario	868.200
18 541 2903 2069 Manut.das Ativ.da Sec. do Meio Ambiente	222.700
Total da Unidade:	1.097.300

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo das Despesas de Capital
Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00	
Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.015 Fundo Municipal de Saude	
28 846 3001 0006 Amortizacao de Divida com Encargos Socia is-INSS	127.200
28 846 3001 0010 Amortizacao de Divida com Encargos Socia ai - IPM	106.000
10 301 1008 1036 Aquis. de Equip.e Mat.Permanete p/Unidade s de Saude	189.400
10 301 1008 1038 Construcão,Ampliacão e Reforma de Unidade e de Saude	341.000
10 301 1010 1039 Aquisicao de Imovel	212.000
10 301 1009 1041 Aquis. de Veiculo e Unidade Movel de Saud e Tipo Ambulancia.	247.200
10 301 1010 1043 Implantacao do Centro de Ref.de Especial idades	84.800
10 304 1012 1050 Aquis. de Equip.P/Unidade de Vigil.Sanita ria	23.500
10 303 1011 1071 Aquis. de Equip.e Mat. Perment.p/Farmaci a	17.300
10 301 1008 2033 Desenv.das Ativ.do PAB- Prog. de Atencao Basica	583.000
10 301 1008 2034 Desenv.das Ativ.do PACS-Agentes de Saude	365.000
10 301 1008 2035 Desenv.das Ativ.do PSB - Saude Bucal	383.000
10 301 1008 2036 Desenv.das Ativ.do PSP-Saude da Familia	1.224.200
10 301 1008 2037 Manutencao das Atividades da Saude	3.686.500
10 305 1013 2039 Desv.de Ativ.do Prog.de Epidemiologia e Controle de Doencas	85.100
10 304 1012 2041 Desenv.de Ativ.do PVS-Vigilancia Sanitar ia	96.000
10 303 1011 2042 Manutencao de Farmacia Basica	289.200
10 301 1008 2043 Desenv.de ativ.do NASF-Nucleos de Apoio a Saude da Familia	268.300
10 301 1008 2049 Desenv.de ativ.do CEO-Centros de Especial idades Odontologicas	90.700
10 301 1008 2903 Desenv.de ativ.do CER-Compensacao de Espe cidades Regionais	61.900
10 242 1008 2917 Desenvolvimento das atividades do CAPS	67.400
Total da Unidade:	8.748.700

02.016 DMTRANS-Departamento Muni. de Transito	
26 452 2006 2918 Manutencao das Atividades do DMTRANS	82.100
Total da Unidade:	82.100

02.017 Sec.do Micro Credito e Desenv.Econ.Suste	
04 122 1028 2919 Manut.Ativ.Sec.Micro Credito e Desenv.Ec onomico Sustentavel	209.600
Total da Unidade:	209.600

02.018 Sec.Municipal de Habit e Regular Fundiar	
16 482 1024 2920 Manut. das Ativ. Sec. Mun. Habit e Regul Fundiaria	123.500
Total da Unidade:	123.500

02.020 Sec.Municipal de Pesca e Aquicultura	
20 608 1027 2922 Manut. Ativ. Sec. Munic. Pesca e Aquicul tura	169.100
Total da Unidade:	169.100

02.099 Reserva de Contingencia	
99 999 9999 9901 Reserva de Contingencia	32.300
Total da Unidade:	32.300

Prefeitura Municipal de Conde
Secretaria de Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014
Anexo das Despesas de Capital
Anexo de Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00	
Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
Total Geral:	62.523.421

Tatiana Landgren Correa de Oliveira
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2.015

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do salario mínimo	20000	Uso da Reserva de Contingência e Contingenciamento de Despesas	20000
Precatórios Judiciais	34.000	Uso do excesso de arrecadação (previsto)	34.000
Cheias/alagamentos	180.000	Uso do excesso de arrecadação (previsto)	180.000
Crise Econômica interna e externa	200.000	Contingenciamento de Despesas	200.000
TOTAL	434.000	TOTAL	434.000

FONTE:
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DDE FINANÇAS

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2015

R\$ em reais											
ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017				
	Valor (a)	Var. Corrente (b)	% PIB Corrente (c) x 100	Valor (a)	Var. Corrente (b)	% PIB Corrente (c) x 100	Valor (a)	Var. Corrente (b)	% PIB Corrente (c) x 100		
Receita Total	66.274.826	61.625.692	0,37	70.382.692	64.002.999	0,363	75.382.318	67.264.129	0,35		
Receitas Primárias (I)	66.252.372	61.607.602	0,37	70.362.448	64.004.637	0,363	75.361.389	67.264.454	0,35		
Despesa Total	66.274.826	61.625.692	0,37	70.382.692	64.002.999	0,363	75.382.318	67.264.129	0,35		
Despesas Primárias (II)	65.511.550	60.915.959	0,36	69.788.435	63.302.558	0,359	74.561.138	66.531.385	0,35		
Resultado Primário (III) = (I - II)	743.822	691.643	0,00	774.013	702.079	0,004	800.251	714.069	0,00		
Resultado Nominal	610.769	567.924	0,00	3.184.249	2.888.316	0,016	2.619.023	2.338.971	0,01		
Divida Publica Consolidada	7.104.271	6.605.911	0,04	10.276.245	9.321.209	0,053	13.719.942	12.242.393	0,06		
Divida Consolidada Líquida	5.901.285	5.487.314	0,03	9.085.533	8.241.158	0,047	11.704.556	10.444.051	0,05		
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0		
Despesa Primária advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0		
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0		

FONTE:
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
LDO DO ESTADO DA PARAIBA

2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2015

R\$ em reais					
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2013		II-Metas Realizadas em 2013		Variação Valor (c) = (b-a) % (c/a) x 100
	(a)	% PIB	(b)	% PIB	
Receita Total	46.998.224	0,00	51.880.989	0,00	4.882.765 9,41
Receitas Primárias (I)	46.962.632	0,00	51.845.396	0,00	4.882.765 9,42
Despesa Total	46.998.224	0,00	50.248.682	0,00	3.250.458 6,47
Despesas Primárias (II)	46.068.480	0,00	49.318.937	0,00	3.250.458 6,59
Resultado Primário (III) = (I - II)	894.152	0,00	2.526.459	0,00	1.632.307 64,61
Resultado Nominal	-807.536	-0,00	-807.536	-0,00	-1.615.071 200,00
Divida Publica Consolidada	3.721.374	0,00	3.721.374	0,00	0 0,00
Divida Consolidada Líquida	2.842.056	0,00	2.842.056	0,00	0 0,00

FONTE:
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL
BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
LDO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

2.3 DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015

R\$ em reais											
ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015				
	Valor	% PIB	%	Valor	% PIB	%	Valor	% PIB	%		
Receita Total	39.584.809	51.880.989	31,37	63.083.721	21,59	66.274.826	5,06	70.382.692	6,30	75.382.318	6,80
Receitas Primárias (I)	39.563.899	51.845.396	31,34	63.048.128	19,28	66.252.372	5,06	70.362.448	6,30	75.361.389	6,80
Despesa Total	37.511.526	50.248.682	33,36	63.083.721	25,54	66.274.826	5,06	70.382.692	6,30	75.382.318	6,80
Despesas Primárias (II)	36.989.842	49.318.937	33,02	62.315.152	26,42	65.511.550	5,07	69.788.435	6,30	74.561.138	6,84
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.653.858	2.526.459	-4,00	686.977	-72,41	743.822	0,00	774.013	0,00	800.251	0,00
Resultado Nominal	720.405	-407.536	-212,09	4.048.499	-403,20	610.769	-75,05	3.184.249	-421,35	2.619.023	-17,55
Divida Publica Consolidada	3.688.600	3.721.374	1,44	5.769.074	55,03	7.104.271	23,14	10.276.245	44,65	13.719.942	33,51
Divida Consolidada Líquida	3.649.591	2.842.056	-22,13	5.296.515	86,15	5.901.285	11,54	9.085.533	53,96	11.704.556	28,83

VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	2012			2014			2015				
	Valor	% PIB	%	Valor	% PIB	%	Valor	% PIB	%		
Receita Total	41.502.804	53.338.843	28,31	63.083.721	19,27	61.625.692	-2,31	64.002.999	3,89	67.264.129	5,08
Receitas Primárias (I)	41.561.666	53.102.252	28,25	63.048.128	19,28	61.607.602	-2,28	64.004.637	3,89	67.264.454	5,08
Despesa Total	39.405.856	51.660.670	30,10	63.083.721	22,11	61.625.692	-2,31	64.002.999	3,89	67.264.129	5,08
Despesas Primárias (II)	38.773.789	50.704.800	29,77	62.315.152	22,07	60.915.959	-2,30	63.302.558	3,82	66.531.385	5,08
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.787.877	2.597.452	-4,01	686.977	-72,41	743.822	0,00	774.013	0,00	800.251	0,00
Resultado Nominal	726.788	-432.227	-209,78	2.448.499	-194,91	610.769	-56,82	3.184.249	-421,35	2.619.023	-17,55
Divida Publica Consolidada	3.653.863	3.725.944	4,72	5.769.074	56,79	6.605.911	14,51	9.321.209	41,30	12.242.393	31,34
Divida Consolidada Líquida	3.633.808	2.921.918	-23,79	5.296.515	91,08	5.487.314	-3,72	8.241.158	56,19	10.444.051	-26,73

FONTE:
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL
BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
SECRETARIA DO TESOU

2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ em reais

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio/Capital	6.102.047	100	3.991.663	100	-917.916	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	6.102.047	100	3.991.663	100	-917.916	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio	358.300	100	253.481	100	-19.756	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
TOTAL	358.300	100	253.481	100	-19.756	100

FONTE:

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ em reais

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2013 (d)	2014
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	RELATORIO VAZIO	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL (b)	0	0	0

DESPESAS LIQUIDADAS	2012 (h)	2013 (e)	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	RELATORIO VAZIO	0
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL (f)	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b) + (f)	(f) = (d-e) + (g)	(g)
	0	0	0

FONTE:

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES	1.150.300	1.241.634	1.290.504
Receita de Contribuições	0	0	0
Pessoal Civil	1.150.300	1.241.634	1.278.124
Pessoal Militar	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	36
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	12.344
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Amortização de Bens	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0	0	0
RECEITAS CORRENTES	0	0	383.139
Receita de Contribuições	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	383.139
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Amortização de Bens	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0	0	0
OUTROS APORTES AO RPPS	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.150.300	1.241.634	1.673.643

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
ADMINISTRAÇÃO	8.339	7.650	12.518
Despesas Correntes	8.339	7.050	12.518
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA SOCIAL	493.145	480.119	614.578
Pessoal Civil	493.145	480.119	614.578
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária de aposent. RPPS e RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
RESERVA DO RPPS	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.001.484	977.769	1.227.096
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I) - (II)	148.816	263.865	446.547
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTO DO RPPS	6.926	14.757	29.663

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2015

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D) = (D Exercício Anterior) + (c)

FONTE:

2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2015

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ em reais

LCP, art. 4º, § 2º, inciso V			TÍTULOS			
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGR. AMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2009	2010	2011	
		RELATORIO VAZIO				
TOTAL						

FONTE:

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2015

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ em reais

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	3.191.105
(-) Transferências constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	430.799
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.760.306
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I-II)	2.760.306
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	0
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	2.760.306

FONTE:

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

MENSAGEM DE VETO

REFÊRENCIA:

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 39, SNº/2014.

EMENDA SUPRESSIVA AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 39, SNº/2014.

EMENDA SUPRESSIVA AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.44, SNº/2014.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores.

Levo ao conhecimento dessa Egrégia Câmara Municipal, que nos termos do Artigo 37, § 1º, da Lei Orgânica do Município, este Executivo houve por bem **VETAR INTEGRALMENTE** as Emendas supra numeradas ao Projeto de Lei nº 008/2014, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2015, de autoria do Edis Ednaldo Barbosa da Silva, Sanderson Duarte Gomes e Carlos André de Oliveira Silva, aprovado por essa Edilidade.

MATÉRIA:

Modificar o teor do art. 39 a fim de depender de autorização legislativa para a revisão geral de proventos no âmbito do executivo municipal.

Suprimir o paragrafo único do art. 39 que versa sobre a estrutura administrativa.

Suprimir o parágrafo único do art. 44 que versa sobre a concessão benefícios fiscais.

RAZÕES DO VETO:

O Município de Conde não necessita de autorização legislativa para a administração de seu corpo de servidores. Tal atitude do poder legislativo fere a independência dos poderes prevista na Constituição Federal de 1988 em seu art. 2º, restando como INCONSTITUCIONAIS as emendas modificativa e supressiva ao art. 39 da matéria em destaque.

A supressão do parágrafo único do art. 44 vai de encontro ao interesse público e da política de crescimento e investimento municipal, a qual tem como prioridade a diminuição da pobreza e o crescimento regional com a geração de novos postos de trabalho e oportunidades, reduzindo ao máximo possível o contingente ocioso e sem oportunidades.

Expostas, nestes termos, as razões do Veto Total aposto às Emendas supracitadas, à Lei de Diretrizes Orçamentária, exercício 2015, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima, consideração e respeito, Prefeitura Municipal de Conde, Paço Municipal, aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze.


TATIANA LUDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 032/2014 - SECAD CONDE 07 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Conceder licença **PRÊMIO** ao (a) servidor (a) **ALBENIZE OLIVEIRA DORNELLAS DE CARVALHO** ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRA**, com lotação fixada na **SECRETARIA DE SAÚDE**, por um período de 180 (cento e oitenta) dias. De conformidade com o parecer constante no Processo Administrativo nº 702/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.


RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
- Secretário de Administração -

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2014

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ESTRADA RURAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVI, Art. 13 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Passa a ser denominada a Estrada Rural Municipal de **WALDEMIR BRAZ PEREIRA "SR. WALDINHO"**, que liga Rodovia Estadual PB 018 a região do Sítio Santa Terezinha, com extensão de 3,9 KM.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Paço da Câmara Municipal de Conde, em 09 de junho de 2014.

JUSTIFICATIVA

A denominação dessa estrada Rural Municipal, além de homenagear o falecido, facilita a localização das vias públicas e melhora a prestação de serviços: Entregas, reparos nas redes de eletricidade e de telefonia, patrulhamento preventivo; atendimento de ocorrências e prestação de socorro médico aos residentes naquelas áreas, beneficiando as granjas: São Sebastião, São José, Comunidade de Pituaçu, Finalizando na "Santinha", neste Município.


DENYS PONTES DE OLIVEIRA
- Presidente -


SANDERSON DUARTE GOMES
- 1º Secretário -

JOSÉ MUNIZ DE LIMA
- 2º Secretário -


EMERSON ENÉAS DA SILVA
- 3º Secretário -


SANDERSON DUARTE GOMES
- Vereador -

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2014
DENYS PONTES DE OLIVEIRA

DISPÕE SOBRE A
DENOMINAÇÃO
DE RUAS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições, e de acordo com inciso XVI, Artigo 13 da Lei Orgânica do Município, Faz saber que o plenário aprovou e Ela promulga, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica denominada de Rua: **MARIA CARMELITA VASCONCELOS NASCIMENTO**, a área que compreende os seguintes lotes: Q. I 18 com o lote 11; Q.J 16 com o Lote 01; Q. J 28 com o lote 30 e Q. I 23 com o Lote 47, localizada no Loteamento denominado "Balneário Novo Mundo" em Cacumã, Município de Conde – PB.

Art. 2º - Caberá a Prefeitura Municipal de Conde, através do Núcleo Administrativo de Jacumã, fazer a identificação da Rua que trata o artigo anterior, objeto deste Decreto Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Paço da Câmara Municipal de Conde, em 16 de junho de 2014.



DENYS PONTES DE OLIVEIRA
-Presidente-



SANDERSON DUARTE GOMES
- 1º Secretário-



JOSÉ MUNIZ DE LIMA
-2º Secretário-



EMERSON ENÉAS DA SILVA
-3º Secretário-